

## DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 108/79, de 31 de 07 de 1979

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO (DASP), usando da atribuição que lhe confere o artigo 16, item 17, do Regimento aprovado pela Portaria nº 399, de 17 de setembro de 1975, e tendo em vista o disposto no art. 10 do Decreto nº 81.053, de 19 de dezembro de 1977,

## RESOLVE:

Expedir a presente Instrução Normativa destinada a orientar os órgãos integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (SIPEC), na execução da transferência ou movimentação dos servidores civis da União e das autarquias federais, tendo em vista o disposto no Decreto nº 81.053, de 19 de dezembro de 1977, alterado pelo Decreto nº 83.614, de 25 de junho de 1979.

1. Os órgãos de pessoal efetivarão, até o último dia dos meses de novembro e de maio, o levantamento das vagas existentes em cada classe das categorias funcionais, com vistas à transferência ou movimentação a ser realizada nos meses de março e setembro, respectivamente.

1.1 Serão desprezadas as frações resultantes do cálculo do terço das vagas previsto no art. 29, letra b, do Decreto nº 81.053, de 19 de dezembro de 1977, com a redação dada pelo Decreto nº 83.614, de 25 de junho de 1979.

1.2 As vagas destinadas à transferência ou movimentação, a serem realizadas nos meses de março e setembro, deverão ser publicadas no Diário Oficial até os anteriores dias 15 de dezembro e de junho, respectivamente.

2. Os processos de transferência ou movimentação, ex officio ou a pedido, devidamente instruídos, deverão ser protocolizados no DASP:

2.1 de 10 a 28 de fevereiro, para a transferência ou movimentação a ser efetivada em março;

2.2 de 10 a 31 de agosto, para a transferência ou movimentação a ser efetivada em setembro.

3. É imprescindível à realização da transferência ou movimentação a existência de vaga, com indicação exata de sua origem, não sendo aproveitável, para tanto, vaga de lotação.

4. Resguardado o interesse da Administração, a transferência ou movimentação para cargo ou emprego de denominação diferente terá preferência quanto àquela a ser feita a pedido para cargo ou emprego de mesma denominação.

5. A transferência ou movimentação para cargo ou emprego de denominação diferente será feita, exclusivamente, a pedido, mediante requerimento a ser apresentado ao órgão ou autarquia em cuja quadra ou tabela exista vaga.

5.1 O requerimento em que o servidor especificará o concurso no qual foi habilitado, será protocolizado até o dia 30 dos meses de dezembro e de junho, para a transferência ou movimentação a ser realizada nos meses de março e setembro, respectivamente;

5.2 Os servidores serão transferidos ou movimentados para cargo ou emprego de denominação diferente com observância da ordem de classificação obtida em concurso público realizado pelo DASP, devidamente ciadante sua delegação;

5.3 Verificado o prazo de validade do concurso e feita a classificação do servidor, o dirigente da área ou da autarquia manifestará-se à respeito do interesse do serviço na transferência ou movimentação;

5.4 O processo será encaminhado ao órgão ou autarquia a que pertença o servidor, até o dia 15 de janeiro e de julho, para a transferência ou movimentação a ser realizada em março e setembro, respectivamente;

5.5 O órgão ou autarquia verificará se são atendidos os demais requisitos exigidos para a efetivação da transferência ou movimentação e, se viável, encaminhará o processo ao DASP, no período estabelecido no item 2 deste Instrução Normativa, ou, em caso negativo, promoverá sua restituição à origem, a fim de ser liberada a vaga;

5.6 Aplica-se o disposto nos subitens 5 a 5.3 e 5.5 à transferência ou movimentação para cargo ou emprego de denominação diferente, no âmbito do órgão ou autarquia a que pertença o servidor.

6. Com vistas à transferência ou movimentação para cargo ou emprego de denominação diferente, a ser realizada em setembro de 1979, deverá ser observado o seguinte:

6.1 Os órgãos de pessoal procederão o levantamento das vagas existentes em 31 de maio próximo passado, observado o disposto no subitem 1.1 desta Instrução Normativa, e diligenciarão para que ocorra sua publicação no Diário Oficial até o dia 9 de agosto vindouro;

6.2 O requerimento deverá ser protocolizado no órgão ou autarquia em cujo quadro ou tabela exista vaga, até o dia 17 de agosto vindouro, com indicação do concurso em que o servidor foi habilitado;

6.3 Observado o disposto no item 4 e no subitem 5.3 desta Instrução Normativa, o processo deverá ser encaminhado ao órgão ou autarquia a que pertence o servidor até o dia 31 de agosto vindouro;

6.4 Os processos de transferência ou movimentação a que se refere este item deverão ser protocolizados no DASP até o dia 14 de setembro vindouro;

6.5 Aplica-se o disposto neste item, no que couber, à transferência ou movimentação para cargo ou emprego de denominação diferente, no âmbito do órgão ou autarquia a que pertença o servidor.

7. Na transferência ou movimentação, ex officio e a pedido, para cargo ou emprego de mesma denominação, a ser realizada no mês de setembro do ano em curso, deverá ser observado o disposto na Instrução Normativa nº 78, de 20 de fevereiro de 1978, publicada no Diário Oficial de 22 subsequente, excetuado o prazo de protocolização do processo, que passa a ser fixado de 10 a 31 de agosto vindouro.

8. O requerimento de transferência ou movimentação, a pedido, para cargo ou emprego de mesma denominação, será protocolizado no órgão ou autarquia a que pertença o servidor (art. 4º do Decreto nº 81.053, de 19 de dezembro de 1977).

José Carlos Soares Freire

## ANEXO I A IN Nº 108/79

TRANSFERÊNCIA OU MOVIMENTAÇÃO EX OFFICIO OU A PEDIDO (PARA CARGO OU EMPREGO DE IGUAL DENOMINAÇÃO) DE UM PARA OUTRO ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA.

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO (DASP), usando da atribuição que lhe confere o artigo 6º do Decreto nº 81.053, de 19 de dezembro de 1977, e tendo em vista proposta do

(Ministério ou Órgão)

Processo nº 108/79

## RESOLVE

Transferir ao Ministério, ex officio, o interesse da Administração (ou a Fazenda) de acordo com o artigo 1º do Decreto nº 81.053 de 19 de dezembro de 1977.

MARE-CGMI-ODI  
SERV. DOC. BIBLIOTECA

APN  
JN



Terça-feira 31

DIÁRIO OFICIAL (Seção I — Parte I)

Julho de 1979 10783

- 1 ..... , ocupante do cargo  
(Nome do Servidor)  
(ou emprego) de ..... , código .....  
(Denominação do Cargo ou Emprego)  
classe ..... , referência ..... , para cargo (ou emprego) de iguais  
denominação, classe e referência, do Quadro (ou Tabela) Permanente  
do ..... , e .....  
(Ministério, Órgão ou Autarquia)
- 2 ..... , ocupante do cargo  
(Nome do Servidor)  
(ou emprego) de ..... , código .....  
(Denominação do Cargo ou Emprego)  
classe ..... , referência ..... , para cargo (ou emprego) de iguais  
denominação, classe e referência, do Quadro (ou Tabela) Permanente  
do ..... , e .....  
(Ministério, Órgão ou Autarquia)

ANEXO VII A IN N° 108/79

TRANSFERÊNCIA OU MOVIMENTAÇÃO (EXCLUSIVAMENTE, A  
PEDIDO, PARA CARGO OU EMPREGO DE DENOMINAÇÃO DIFERENTE) NO AMBI-  
TO DO MESMO MINISTÉRIO, ÓRGÃO OU AUTARQUIA

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO  
SERVIÇO PÚBLICO (DASP), usando da atribuição que lhe confere o  
artigo 69 do Decreto n° 81.053, de 19 de dezembro de 1977, e ten-  
do em vista proposta do .....  
(Ministério, Órgão ou Autarquia)

Processo n° .....).

RE SOLVE

Transferir (ou Movimentar), a pedido, de acor-  
do com o artigo 1º do Decreto n° 81.053, de 19 de  
dezembro de 1977, com a nova redação dada pelo De-  
creto n° 83.614, de 25 de junho de 1979.

do Quadro (ou Tabela) Permanente do .....  
(Ministério, Órgão ou Au-  
tarquia) ..... , para o cargo (ou emprego) de .....  
(Denominação do Cargo  
..... , código ..... , classe ..... , referên-  
cia ..... , (Mesma do Servidor)  
..... , do Quadro (ou Tabela) Permanente do (a)  
(Mesma do Servidor)  
mesmo (a) Ministério, Órgão ou Autarquia, .....  
(Nome do Servidor)  
ocupante do cargo (ou emprego) de .....  
(Denominação do Cargo ou Em-  
prego) ..... , código ..... , classe ..... , referência ..... , em virtu-  
de de habilitação em concurso público.

SECRETARIAS DE ESTADO  
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

GABINETE DO MINISTRO

PORIARIA N° 724 DE 26 DE JULHO DE 1979

O Ministro de Estado da  
JUSTIÇA, usando da competência que lhe  
foi atribuída pelo artigo 7º, item II, do  
Decreto n° 77 336 de 25 de março de  
1976,

RESOLVE dispensar, a partir de  
16 de julho de 1979, MARIA JOSÉ BARBOSO DE OLIVEIRA da função de confiança de  
Assessor do Secretário-Geral, código II-DAS-102.1, constante da Tabela Permanente  
deste Ministério, de que trata o Decreto n° 77 956, de 30 de junho de  
1976, alterado pelos de n°s 78 175, de 3 de agosto de 1976, 80 816, de 23 de  
novembro de 1977, e pela Portaria n° 711, do DASP, de 29 de maio de 1979.

PETRÔNIO PORTELLA

PORIARIA N° 725 DE 26 DE JULHO DE 1979

O Ministro de Estado da  
JUSTIÇA, usando da competência que lhe  
foi delegada pelo artigo 1º, item  
II, da Portaria Ministerial n° 107  
de 16 de junho de 1979, e pelo artigo 1º, item  
II, da Portaria Ministerial n° 108 de 17 de

RE SOLVE nomear HUGO PÓVOA DA  
SILVA, Delegado de Polícia Federal, classe C, código PF-501, re-  
ferência 49, para exercer o cargo em comissão de Chefe da Se-  
ção de Informações e Contra-Informação, código DAS-101.1, da Di-  
visão de Segurança e Informações, constante do Quadro Permanen-  
te deste Ministério, de que trata o Decreto n° 77 956, de 30  
de junho de 1976, alterado pelos de n°s 78 175, de 03 de agos-  
to de 1976, 80 816, de 23 de novembro de 1977, e pela Portaria  
n° 711, do DASP, de 29 de maio de 1979.

PETRÔNIO PORTELLA

SECRETARIA GERAL

PORIARIA N° 726 DE 31 DE JULHO DE 1979

O Secretário Geral do MINISTÉRIO  
DA JUSTIÇA, usando da competência que  
lhe foi delegada pelo artigo 1º, item  
II, da Portaria Ministerial n° 107  
de 16 de junho de 1979, e pelo artigo 1º, item  
II, da Portaria Ministerial n° 108 de 17 de